

**LEI Nº 2.390, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1998.**

(Revogada pela Lei nº 3.504/2018)

**~~ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE ALEGRE-ES, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1999.~~**

Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, aprovou, e eu, **PREFEITO MUNICIPAL** sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** ~~O Orçamento Programa do Município de Alegre, Estado do Espírito Santo, para o exercício financeiro de 1999, discriminados pelos anexos integrantes desta Lei que estima a receita e fixa a despesa em R\$ 10.400.000,00 (dez milhões e quatrocentos mil reais).~~

**Art. 2º** ~~As receitas serão realizadas mediante arrecadação de tributos, suprimimento de fundos e outras fontes de renda, na forma da legislação em vigor, e das especificações constantes do Anexo I, e de acordo com o seguinte desdobramento em reais (R\$) :-~~

		R\$	R\$ 1,00
1000.00.00	<b>RECEITAS CORRENTES</b>		9.549.000,00
1100.00.00	Receita Tributária	1.072.600,00	
1300.00.00	Receita Patrimonial	18.800,00	
1500.00.00	Receita Industrial	5.000,00	
1700.00.00	Transferências Correntes	7.438.700,00	
1900.00.00	Receitas Diversas	1013.900,00	
2000.00.00	<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>		851.000,00
2400.00.00	Transferências de Capital	90.000,00	
2500.00.00	Outras Receitas de Capital	761.000,00	
	<b>TOTAL GERAL DA RECEITA</b>	<b>10.400.000,00</b>	<b>10.400.000,00</b>

**Art. 3º** ~~A Despesa será realizada na forma especificada no Adendo I à Portaria SOF nº 008 de 04/02/85, conforme desdobramento a seguir:-~~

**I- DESPESAS POR ÓRGÃO DO GOVERNO E DA ADMINISTRAÇÃO**

		R\$ 1,00
01.00	<u>Câmara Municipal</u>	563.000,00
02.00	<u>Procuradoria Geral</u>	1.956.000,00
03.00	<u>Gabinete do Prefeito</u>	977.000,00
04.00	<u>Sec. Municipal de Administração</u>	452.000,00
05.00	<u>Sec. Municipal de Finanças</u>	2.205.500,00
06.00	<u>Sec. Municipal de Obras e Urbanismo</u>	2.832.500,00
07.00	<u>Sec. Municipal de Educação, Cult. e Turismo</u>	965.000,00
08.00	<u>Sec. Munic. Saúde e Assistência Social</u>	349.000,00
0900	<u>Sec. Municipal Agricultura e Meio Ambiente</u>	100.000,00
	<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>10.400.000,00</b>

**II- DESPESAS POR FUNÇÕES DO GOVERNO**

		R\$ 1,00
01.00	Legislativa	516.000,00

03.00	Administração e Planejamento	2.629.000,00
04.00	Agricultura	339.000,00
05.00	Comunicações	24.000,00
08.00	Educação e Cultura	2.719.500,00
09.00	Energia e Recursos Minerais	10.000,00
10.00	Habitação e Urbanismo	1.152.500,00
11.00	Indústria, Comércio e Serviços	18.000,00
13.00	Saúde e Saneamento	965.000,00
15.00	Assistência e Previdência	974.000,00
16.00	Transporte	1.053.000,00
	<b>TOTAL</b>	<b>10.400.000,00</b>

~~**Art. 4º** — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os Créditos Suplementares que forem necessários, durante a execução do Orçamento de 1999, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do Orçamento da despesa, utilizando como recursos aqueles definidos pelo artigo 43 e parágrafos da Lei Federal nº 4.320/64, ou outros dispositivos que vier substituí-lo ao Poder Legislativo Municipal.~~

~~**Art. 5º** — Fica o Poder Executivo autorizado a contratar Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária no exercício financeiro de 1999, para atender a insuficiência de caixa do Tesouro Municipal, até o limite de 10% (dez por cento) da receita estimada, podendo oferecer como garantias necessárias, parcelas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), ou outra fonte de receita.~~

~~**Art. 6º** — A execução do presente orçamento, obedecerá as diretrizes estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.~~

~~**Art. 7º** — O Orçamento da Câmara Municipal será movimentado pelo Órgão Financeiro do Poder Legislativo Municipal.~~

~~**Art. 8º** — Integram-se a presente Lei, os Orçamentos dos seguintes Fundos Especiais: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, Fundo Municipal de Proteção Ambiental.~~

~~**Art. 9º** — Fica o Poder Executivo autorizado a movimentar as dotações destinadas a diversas unidades orçamentárias, transpondo, redistribuindo e alterando parcelas de uma outra, quando necessário, nos termos do Artº 66 da Lei Federal nº 4.320/64.~~

~~**Art. 10** — Esta Lei entra em vigor a partir de primeiro de janeiro de mil novecentos e noventa e nove (01/01/99), revogadas as disposições em contrário.~~

Alegre (ES), 22 de dezembro de 1998.

**GILVAN DUTRA MACHADO**  
**— Prefeito Municipal**

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre.